

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**SERVIÇO DE LICITAÇÕES E COMPRAS**<https://portal.trt12.jus.br>**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6354/2022****EDITAL**

O Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (**UASG 080013**), inscrito no CNPJ sob nº 02.482.005/0001-23, com sede na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, Florianópolis-SC, CEP-88015-905, torna público que fará realizar licitação, tipo menor preço, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, visando o atendimento ao objeto do presente edital, observados a Lei nº 10.520, de 17.07.2002, a Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, o Decreto nº 10.024, de 20.09.2019, e ainda com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21.06.1993 e legislação correlata.

ACOLHIMENTO, ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DO PREGÃO:

Término do acolhimento das propostas eletrônicas e início da sessão do Pregão e oferecimento de lances: **às 13h30min do dia 26 de julho de 2022.**

Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Realização da sessão eletrônica: Portal de Compras do Governo Federal, no site www.comprasnet.gov.br.

1- DO OBJETO

Aquisição de equipamento tipo *nobreak* a fim de atender a demanda de fornecimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta para o *data center* principal do TRT da 12ª Região (Sala-cofre).

| Item | Descrição |
|------|--|
| 1 | Nobreak com instalação e assistência técnica em garantia <i>on site</i> por 5 (cinco) anos, conforme especificações técnicas constantes do ANEXO I. <u>Quantidade</u> : 2 (duas) unidades. |

OBSERVAÇÕES:

a) Em caso de divergência entre as especificações do objeto constantes do Edital e as constantes do sistema do Comprasnet, prevalecerão as do Edital.

b) As Especificações Técnicas constam do ANEXO I.

b.1) O objeto da presente licitação deverá ser entregue no prédio-sede deste Tribunal, situado na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88015-905, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, previamente agendado.

b.1.1) Os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais, conforme padrão de fábrica.

www.trt12.jus.br - www.comprasnet.gov.br - Setor de Preparo de Licitações - PRE nº 6354/2022 - Página 1



b.1.2) Os equipamentos devem ser novos, sem qualquer indício de uso, com identificação de marca e modelo.

b.1.3) Deverão ser fornecidos todos os cabos e acessórios necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto o cabeamento elétrico a que serão conectados.

b.1.4) Não serão recebidos equipamentos fora das especificações ou com qualquer defeito. Caberá a Contratada providenciar o recolhimento e substituição destes, sem prejuízo na aplicação das penalidades cabíveis e cumprimento de prazos.

b.1.5) Juntamente com os equipamentos deverão ser entregues todas as documentações técnicas completas e atualizadas. Alternativamente, poderá ser emitido documento com informações sobre a localização destas informações no site do fabricante.

b.2) A instalação deverá ser realizada por técnico de assistência técnica autorizada do fabricante, ou do próprio fabricante, mediante agendamento com a equipe técnica da SETIC do TRT-SC, até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório.

b.2.1) Os serviços de garantia deverão ser executados por técnicos do fabricante ou de assistência técnica autorizada. Os técnicos deverão se apresentar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás, providos de materiais e ferramentas apropriadas e de boa qualidade. Para o conserto dos equipamentos, deverão ser utilizados componentes eletroeletrônicos originais.

b.2.2) O técnico responsável pelo atendimento deverá obedecer às normas de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, regulamentadas através da NR-10, atualizada através da Portaria MTPS n.º 508, de 29 de abril de 2016, e que tem por objetivo garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem nas instalações e serviços com eletricidade.

b.2.3) Os serviços que porventura forem reprovados pela fiscalização técnica do TRT-SC deverão ser refeitos até que os níveis de qualidade exigidos e previstos em contrato sejam atingidos, ficando por conta exclusiva da Contratada as despesas decorrentes dessas providências.

c) É facultada aos licitantes a realização de vistoria para averiguação do acesso ao espaço onde os equipamentos estão instalados, o espaço propriamente dito, instalações elétricas e qualquer outra variável que julgar importante para a formalização de sua proposta, nos termos do item 9.3.4 deste Edital.

2- DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

2.1- O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

2.1.1- coordenar o processo licitatório;

2.1.2- receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

2.1.3- conduzir a sessão pública na internet;

2.1.4- verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

2.1.5- dirigir a etapa de lances;



- 2.1.6- verificar e julgar as condições de habilitação;
- 2.1.7- receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando-os à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 2.1.8- indicar o vencedor do certame;
- 2.1.9- adjudicar o objeto quando não houver recurso;
- 2.1.10- conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 2.1.11- encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1- O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2- O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3- O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5- É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação.

4- DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1- Poderão participar desta licitação as empresas que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e que declarem em campo próprio do sistema eletrônico:

4.1.1- Se é ou não microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, para poder usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.1.1.1- Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.



4.1.1.2- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.1.2- Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;

4.1.2.1- No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a declaração seja firmada, em cumprimento ao disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

4.1.3- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.4- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.5- Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.1.6- Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2- A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

4.3- Em caso de quaisquer intercorrências na utilização do sistema, o licitante deverá direcionar sua ocorrência, em tempo hábil, à Central de Atendimento do Comprasnet por meio do telefone 0800 978 9001 ou pelo Portal Web de Atendimento no endereço <http://portaldeservicos.planejamento.gov.br>.

4.4- Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio desses documentos.

5.1.1- A licitação é dividida em itens, conforme detalhamento do objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

5.1.2- No caso da formação de grupo, a proposta deve ser feita para todos os itens que o compõem, não podendo ser feita apenas para parte desses itens separadamente.

5.2- O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



5.3- Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.5- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6- Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7- Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8- Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1- Descrição geral do objeto, preferencialmente com marca e modelo.

6.1.2- Valores unitário e total para o item, expressos em reais.

6.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3- Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao fornecimento do objeto deste pregão.

6.4- Ao cadastrar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

6.4.1- **prazo de validade da proposta** não inferior a 60 dias, contados da realização do pregão.

6.4.1.1- A proposta que omitir o prazo de validade será considerada como válida pelo período de 60 dias.

6.4.2- **prazo de entrega** de 30 dias, a contar da notificação da empresa acerca da assinatura do contrato.

6.4.2.1- Será considerado o prazo acima para as empresas que o omitirem na proposta.

6.4.3- **prazos de garantia on site**, conforme especificações do ANEXO I, de:

6.4.3.1- 5 (cinco) anos para o equipamento; e

6.4.3.2- 2 (dois) anos para as baterias.



6.4.3.3- Na entrega do equipamento e para o aceite definitivo, deverão ser fornecidos os contatos, telefônico e de email, para acionamento do suporte de garantia.

6.4.4- o objeto ofertado atenderá a todas as especificações constantes deste edital e do contrato em anexo.

6.5- Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada não poderá sofrer quaisquer retificações (ressalvada a alteração de preço resultante de lance).

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2- O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e/ou contenham vícios insanáveis e ilegalidades.

7.2.1- Também **será desclassificada a proposta que identifique o licitante.**

7.2.2- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.1- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.7- Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.8- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.9- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



7.11- Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.12- Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.12.1- Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.13- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15- No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17- O Critério de julgamento adotado será o **menor valor total para o item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.18- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19- Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2- A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20- Caso não ocorra a situação de empate previsto na LC nº 123/2006, o sistema identificará em coluna própria a existência de propostas de licitantes que



forneçam bens ou serviços com tecnologia desenvolvida no país (TDP) e/ou produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), previsto no Decreto nº 7.174/2010.

7.20.1- Nessas condições, as propostas com valor igual ou diferente em até 10% em relação à melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2- O licitante será convocado para, no prazo de 5 minutos, apresentar novo lance final de desempate para cobrir a melhor oferta.

7.21- A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.21.1.1- prestados por empresas brasileiras;

7.21.1.2- prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.1.3- prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.21.2- Persistindo o empate entre propostas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.22- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes da prevista deste Edital.

7.22.1- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.2- O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23- Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade de preço em relação ao valor estimado para a contratação.

8.2- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.3- O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.



8.3.1- O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.4- Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.4.1- Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.5- Na hipótese de necessidade de suspensão de sessão pública para a realização de diligências, com vista ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.

9- DA HABILITAÇÃO

9.1- Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificada no Portal da Transparência do Governo Federal, no Portal do Conselho Nacional de Justiça e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, a existência de sanções administrativas que impeçam o licitante de contratar com a administração.

9.1.1- Havendo eventuais sanções, fica o licitante declarado inabilitado e o documento da consulta juntado ao processo licitatório.

9.1.2- Não havendo nenhuma sanção administrativa, serão emitidos documentos comprobatórios, juntados ao processo licitatório.

9.2- No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3- Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e Trabalhista, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, com prazo de validade até pelo menos a data prevista para o pregão e nas condições a seguir descritas:

9.3.1- **Habilitação jurídica:**

9.3.1.1- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.3.1.2- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.3.2- **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.3.2.1- CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF.



9.3.2.2- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.2.3- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho.

9.3.2.4- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

9.3.2.5- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.3.3- **Caso faça jus ao direito de preferência do Decreto nº 7.174/2010:**

9.3.3.1- Documento comprobatório do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA de que o licitante ofertou bens e serviços com tecnologia desenvolvida no país e/ou de acordo com o Processo Produtivo Básico.

9.3.4- **Da Vistoria Facultativa:**

9.3.4.1- **Declaração** emitida pelo licitante declarando que conhece o ambiente e está ciente das condições locais onde serão instalados os equipamentos e realizados os serviços de manutenção objeto desta contratação.

9.3.4.1.1- Para firmar esta declaração, será facultado ao licitante realizar vistoria no local de instalação dos equipamentos, podendo averiguar o acesso ao espaço onde os equipamentos estão instalados, o espaço propriamente dito, instalações elétricas e qualquer outra variável que julgar importante para a formalização de sua proposta.

9.3.4.1.2- A visita deverá ser individualizada, realizada por representante da empresa devidamente autorizado e identificado, e será acompanhada por servidor da equipe técnica de informática do TRT-SC mediante agendamento prévio junto ao SGE - Setor de Gerenciamento de Equipamentos de Informática, com o Sr. Marcio César Jacinto ou Edivan Carlos Cassaro, por meio do telefone (48)3216-4270 ou e-mail sge@trt12.jus.br.

9.4- Em se tratando de **microempresa ou empresa de pequeno porte** com restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização da documentação.

9.4.1- A não regularização da documentação implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

9.5- A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação.

10- DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1- A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 24 (horas) horas, contadas da convocação do pregoeiro, no sistema eletrônico, assinada pelo responsável legal e conter as seguintes informações:

10.1.1- Descrição dos equipamentos, com marca e modelo ofertados.

10.1.2- Valores unitário e total para o item, expressos em reais.



10.1.2.1- A licitante poderá apresentar prospectos do fabricante, preferencialmente com gráficos, onde seja possível identificar os valores assumidos para cada situação ou carga instalada.

10.1.2.2- Estas documentações dos equipamentos ofertados deverão possuir data anterior a publicação deste Edital.

10.1.3- Prazo de validade da proposta;

10.1.4- Prazos de entrega e de instalação do objeto;

10.1.5- Prazos de garantia do objeto;

10.1.6- Dados Bancários: Banco - Agência - Conta Corrente;

10.1.7- Endereço de correio eletrônico – e-mail;

10.1.8- CNPJ da unidade que efetuar o faturamento;

10.1.9- Nome e cargo do responsável pelo preenchimento da proposta.

Dados complementares não desclassificatórios

10.1.9- Indicação de preposto representante da empresa para execução do contrato, com telefone e e-mail para contato;

10.1.10- Indicação do responsável pela assinatura do contrato, com respectivo cargo na empresa, número da identidade, CPF, e-mail funcional e cópia digitalizada de documento oficial de identificação com foto.

10.1.10.1- Esses dados serão utilizados para cadastramento do responsável no Portal PROAD para fins de assinatura do contrato, nos termos dos itens 20.2 e 20.3.

10.2- No caso de impossibilidade de envio dos documentos na forma digital por parte dos licitantes, estes deverão encaminhar os originais ou cópias autenticadas ao endereço previsto no item 20.1, por meio dos correios, no prazo de até 48 horas após a solicitação do pregoeiro.

10.3- As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11- DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1- Encerrada a fase de habilitação e declarado o vencedor, qualquer licitante participante poderá, dentro do prazo final de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.1.1- Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado melhor proposta, a etapa para manifestação de intenção recursal será aberta por ocasião da retomada da sessão.

11.1.2- Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

11.1.3- A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer, motivada e no tempo previsto, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



11.2- O pregoeiro fará juízo de admissibilidade do recurso, aceitando ou rejeitando a intenção de recurso do licitante.

11.2.1- Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

11.3- Após admitida a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para o recorrente apresentar as razões do recurso, que deverá ser feito diretamente em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

11.3.1- No caso de impossibilidade de realização do procedimento no sistema, as razões e contrarrazões poderão ser apresentadas por meio do e-mail cpl@trt12.jus.br, sem prazo adicional.

11.3.2- Quando houver dúvida em relação à integridade dos documentos digitais, poderá ser solicitado o encaminhamento dos documentos originais não-digitais em até 48 (quarenta e oito) horas ao endereço previsto no item 20.1.

11.4- O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4.1- Caso o pregoeiro não reconsidere sua decisão, submeterá o recurso, devidamente informado, à análise da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1- A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1- Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2- Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2- Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1- A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2- A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13- DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1- Não sendo interposto recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto ao licitante vencedor, submetendo-o à homologação da autoridade competente.



13.2- Havendo recurso e reconhecida a regularidade dos atos praticados, a Presidência deste Tribunal adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1- As despesas com a aquisição decorrente do presente pregão correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho

02.122.0033.4256.0042.0000

APRECIÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Natureza da Despesa

4490.52 - Equipamentos e Material Permanente

15- DA LIBERAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO

15.1- Após a homologação do resultado, será(ão) publicada(s) no site deste Tribunal – <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes> – a(s) Nota(s) de Empenho da(s) empresa(s) vencedora(s).

15.2- A comunicação da publicação da(s) Nota(s) de Empenho será feita **exclusivamente para o endereço de correio eletrônico – e-mail informado pelo licitante.**

16- DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

16.1- O objeto deverá ser entregue no prédio-sede deste Tribunal, situado na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88015-905, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, previamente agendado.

16.2- A execução dos serviços de instalação e assistência técnica em garantia se dará conforme cláusula terceira do termo de contrato e do ANEXO I.

16.2.1- Os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) constam do ANEXO I.

17- DO PAGAMENTO

17.1- O pagamento será efetuado de acordo com a cláusula onze do contrato anexo.

18- DAS PENALIDADES

18.1- Efetuada a adjudicação, a licitante que se recusar a assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação de publicação da Nota de Empenho no site <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>, facultará ao Tribunal a adjudicação aos demais licitantes na ordem de classificação.



18.2- A licitante contratada ficará sujeita às penalidades previstas na cláusula quinze do contrato anexo.

19- DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

19.1- Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados para o e-mail cpl@trt12.jus.br até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

19.2- Impugnações ao edital podem ser feitas por qualquer pessoa, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, devendo fazê-lo por meio do e-mail cpl@trt12.jus.br.

19.3- Quando houver dúvida em relação à integridade dos documentos digitais, poderá ser solicitado o encaminhamento dos documentos originais não-digitais em até 48 (quarenta e oito) horas ao endereço previsto no item 20.1.

19.4- Os esclarecimentos prestados e as respostas às impugnações serão disponibilizados ao público exclusivamente em nossa página na internet, no endereço <https://portal.trt12.jus.br/licitacoes>.

20- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1- Toda correspondência física deverá ser endereçada ao Serviço de Cadastramento de Recursos aos Tribunais – SECART, situado na Rua Esteves Júnior, nº 395, Centro, 88015-905, Florianópolis/SC, entre 12 e 18 horas, e dirigido aos cuidados do Setor de Preparo de Licitações – SELIC.

20.2- Os procedimentos de vista à documentação e de assinatura de documentos do processo serão feitos via Portal PROAD, mediante cadastramento prévio do representante legal.

20.2.1- Inicialmente é necessário que o licitante informe os seguintes dados do seu representante legal que acessará o sistema:

- a) Nome Completo, CPF, RG e órgão expedidor.
- b) E-mail funcional do representante e telefone de contato.
- c) Endereço completo da empresa, com CEP.
- d) Cópia digitalizada de documento oficial de identificação com foto.

20.2.2- O envio das informações deverá ser por e-mail para o endereço:

20.2.2.1- cpl@trt12.jus.br no caso de pedido de vista à documentação.

20.2.2.2- secon@trt12.jus.br para a assinatura do contrato.

20.2.3- De posse desses dados, será realizado o pré-cadastro do representante no sistema e ele receberá um e-mail com o assunto “PROAD (TRT/SC): Liberação de acesso”, contendo um link que o conduzirá à conclusão do cadastramento, que deverá ocorrer no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

20.2.4- Nessa ocasião, o representante legal deverá definir duas senhas, pessoais e intransferíveis, sendo uma para acesso e visualização de documentos e outra para assinatura de documentos.



20.2.4.1- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo e o uso das senhas, não cabendo ao TRT da 12ª Região a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido das senhas, ainda que por terceiros.

20.2.5- Uma vez concluído o cadastramento, o acesso ao Portal PROAD será concedido por meio de link enviado por e-mail para cada documento disponibilizado, com o assunto:

20.2.5.1- “PROAD: Convite para visualizar” caso o documento seja disponibilizado apenas para visualização por parte do representante; ou

20.2.5.2- “PROAD: Convite para assinar” caso o documento seja disponibilizado para assinatura eletrônica do representante.

20.2.6- Os e-mails enviados pelo Portal PROAD terão como remetente “naoresponda@trt12.jus.br”, que deve ser incluído na lista de endereços confiáveis do usuário para evitar que as mensagens sejam automaticamente descartadas ou filtradas como spam.

20.3- O instrumento de contrato será disponibilizado no Portal PROAD à empresa adjudicatária, sendo que o prazo para assinatura é de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis a contar da data do envio do e-mail previsto no item 20.2.5.

20.3.1- Na impossibilidade do procedimento de assinatura ser realizado por meio do Portal PROAD, o licitante deverá solicitar ao Setor de Contratos – SECON, por meio do endereço secon@trt12.jus.br, que a assinatura seja feita em documento físico.

20.3.1.1- Nessa hipótese, o instrumento de contrato será encaminhado à empresa adjudicatária por e-mail, devendo ser devolvido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do seu recebimento.

20.3.1.2- Na devolução do contrato assinado, o licitante deverá apresentar o contrato social ou cópia autenticada (no caso de ter ocorrido alteração do mesmo em relação ao apresentado anteriormente), ou ainda procuração pública ou procuração particular com firma reconhecida, delegando poderes aos sócios ou representantes legais para praticarem todos os atos decorrentes do processo licitatório, inclusive a assinatura do contrato e de eventuais aditivos.

20.3.2- O licitante que se recusar a assinar o contrato estará sujeito a aplicação da penalidade de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

20.4- O tratamento dos dados pessoais coletados em decorrência do presente Edital está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

20.4.1- Especialmente em relação à proteção e às finalidades de utilização, o tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular, inclusive para eventual compartilhamento, e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

20.5- A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos nas diretrizes da Resolução CSJT 103/2012 e Política Nacional de Resíduos Sólidos, LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

20.6- Informações técnicas referentes ao objeto deverão ser obtidas junto ao Serviço de Suporte Técnico aos Usuários de TIC – SESUP, com o Sr. Márcio, no horário compreendido entre 12 e 19 horas, pelo telefone (48) 3216-4323 ou email sesup@trt12.jus.br.



20.7- Informações complementares poderão ser obtidas junto ao Setor de Preparo de Licitações – SELIC, no horário das 12 às 19 horas, por intermédio dos telefones (48) 3216-4069 ou 3216-4091 e e-mail cpl@trt12.jus.br.

Florianópolis, 11 de julho de 2022.

Original assinado pelo(a) Diretor(a) do
Serviço de Licitações e Compras

Fernando Schlickmann Oliveira Souza
Diretor do Serviço de Licitações e Compras

Original assinado pelo(a) Assistente-Chefe do
Setor de Preparo de Licitações

Andreia Hawerroth Exterkötter
Assistente-Chefe do Setor de Preparo de Licitações



ANEXO I

Nobreak Trifásico/Trifásico - 02 (duas) unidades

A1. Requisitos MÍNIMOS (por equipamento):



A1.1. Potência nominal mínima: **30kW**;

A1.2. Arquitetura modular para potência, inteligência / comando e baterias;

A1.3. Redundância de, no mínimo, um módulo de potência, tipo n+1, considerando 20 kW de carga;

A1.4. Possibilidade de instalação de, no mínimo, (um) módulo de potência adicional além do módulo redundante citado no item A1.4, de forma a permitir redundância do tipo n+2 com 20kW de carga nominal sem necessidade de novo gabinete;

A1.5. Redundância de módulos de inteligência;

A1.6. Os módulos de potência devem ser conectados ao gabinete através de conectores, ou seja, devem ser substituíveis sem a necessidade de ferramentas;

A1.7. As baterias modulares também devem ser conectadas através de conexões e substituíveis sem a necessidade de ferramentas;

A1.8. Os módulos de inteligência, potência e baterias devem ser reconhecidos automaticamente pelo sistema;

A1.9. Possuir interface de rede Ethernet, com suporte ao protocolo TCP/IP e com, no mínimo, uma porta física do tipo RJ45;

A1.10. Permitir gerenciamento via página WEB e protocolo SNMP v2 ou superior, com capacidade de gestão via navegador, sem necessidade de softwares adicionais, podendo ser acessado de qualquer dispositivo que suporte navegadores para Internet (web browser), com, no mínimo, as seguintes funcionalidades;



- Estado de operação do *nobreak*;
- Alarmes de mal funcionamento;
- Comando de *Bypass*;
- Leitura de potências de entrada e saída;
- Leitura da carga das baterias;
- Configuração de rede;
- Leitura dos registros de eventos (logs).

A1.11. Deve possuir interface de rede compatível com TCP/IP V4 e possibilidade de configuração manual do endereço Internet, como também configuração automática via protocolo DHCP;

- Compatibilidade com geradores;
- *Startup* final de semana.

A2. Detalhamento das Especificações Técnicas:

A2.1. Entrada

A2.1.1. Tensão de Entrada: Trifásico 380V;

A2.1.2. Frequência de entrada: 40 - 70 Hz (devido à ligação com grupo gerador);

A2.1.3. Conexões de entrada: 3F + N + T (compatíveis com a instalação elétrica já disponível);

A2.1.4. Distorção Harmônica Total: Menos de 5% para plena carga;

A2.1.4. Fator de potência de entrada mínimo a plena carga: 0.99.

A2.2. Saída

A2.2.1. Tensão de Saída: Trifásico 380V (compatível com a instalação elétrica da Sala-cofre);

A2.2.2. Topologia: Conversão dupla online;

A2.2.3. Tipo forma de onda: Onda senoidal;

A2.2.4. Distorção Harmônica: < 2%;

A2.2.5. Operação em sobrecarga: 10 minutos a 125% e 60 segundos a 150%;

A2.2.6. *Bypass*: *Bypass* estático incorporado;

A2.2.7. Eficiência: 94% (em modo bateria).



A2.3. Baterias e autonomia

A2.3.1. Tipo de bateria: VRLA ou Lítio;

A2.3.2. As baterias devem ser internas e modulares, com tecnologia *hot swap* (troca a quente), de fácil substituição pelo próprio usuário sem a necessidade de uso de ferramentas ou desligamento do equipamento ou da carga;

A2.3.3. Número mínimo de módulos de baterias: 4 (quatro);

A2.3.4. Tempo de recarregamento: máximo 4 horas;

A2.3.5. Eficiência no Funcionamento da Bateria: 94%;

A2.3.6. Autonomia: igual ou superior a 10 minutos a plena carga;

A2.4. Display, Controles e Alarmes;

A2.4.1. Deve possuir display gráfico LCD alfanumérico com luz de fundo, localizado na parte frontal do equipamento;

A2.4.2. Deve possuir LEDs de sinalização do modo de funcionamento (online, bateria e *bypass*) e de falha no equipamento, com botões de controle para operações como comandos e verificação de status e parâmetros;

A2.4.3. Os seguinte conjunto mínimo de medições devem ser apresentados no Display:

- a) Mostrar tensão de entrada AC;
- b) Mostrar tensão de saída AC;
- c) Mostrar frequência de entrada;
- d) Mostrar carga instalada em percentual;
- e) Mostrar a carga do banco de baterias em percentual.

A2.5. Alarmes:

A2.5.1. Deverá apresentar um conjunto mínimo de condições de alarmes, são eles:

A2.5.2. Condição de *bypass*;

A2.5.3. *bypass* não disponível no caso de alguma situação de falha da rede ou do equipamento;

- a) modo bateria;
- b) condição das baterias (nível de carga/com defeito);
- c) retirada/instalação de módulos de baterias;
- d) qualquer falha ou anormalidade no equipamento;



- e) falha no fornecimento de energia elétrica da concessionária;
- f) deverá emitir alarmes sonoros no caso de eventos de energia ou falhas na UPS.

A2.6. Controles:

A2.6.1. Por meio de botões de comando, deverá ser possível:

- a) por a UPS em *bypass*;
- b) desligar a saída da UPS;
- c) verificar os parâmetros de tensão e corrente elétrica de entrada e saída;
- d) verificar parâmetros do banco de baterias;
- e) verificar parâmetros gerais da UPS, como temperatura interna;
- f) verificar os logs de eventos da UPS.

A2.7. Gerenciamento:

A2.7.1. Ambiental - medir a temperatura do ambiente;

A2.7.2. WEB/SNMP incluso - gerenciamento total através de um navegador web com envio de emails no caso de eventos com a UPS;

A2.7.3. Listagem com logs de no mínimo 200 eventos;

A2.7.4. A UPS deverá gerar *emails* de alertas sobre os eventos para endereços configurados.

A2.8. Gabinete:

A2.8.1 O *nobreak* deve ser montado preferencialmente em gabinete único, compreendendo os módulos de potência, chave estática automática e baterias, além da interface de gerenciamento, sendo aceito apenas as baterias em gabinete distinto, porém acoplado ao primeiro;

A2.8.2. Classe de proteção: IP20;

A2.8.3. Gabinete Vertical;

A2.8.4. O espaço utilizado pelos dois equipamentos deve ser adequado à sala reservada a estes equipamentos, a saber:

Dimensões máximas (LxAxP) (cm): 190 x 210 x 120.



A3. Garantia com o FABRICANTE

A3.1. A garantia do equipamento deverá ter vigência de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo, exceto as baterias, com vigência de 2 (dois) anos;

A3.2. Suporte técnico do Fabricante:

A3.2.1. Atendimento *on site*;

A3.2.2. Suporte 7x24;

A3.2.3. Abertura de chamados via telefone e correio eletrônico;

A3.2.4. Técnicos do próprio fabricante ou de assistência técnica autorizada.

A3.3. Níveis Mínimos de Serviço (NMS) para atendimento em garantia:

A3.3.1. 1º atendimento: 48hs após a abertura do chamado (via *email* ou telefone);

A3.3.2. Resolução do problema: 5 dias úteis após o 1º atendimento

A3.4. O fabricante deverá prever a realização dos serviços de manutenção e primeira energização (*startup*) dos equipamentos em finais de semana e feriados.

Obs.: Caso o fabricante não disponibilize a garantia estendida, será considerado contrato de manutenção complementar, também com o fabricante dos equipamentos, nos mesmos termos da garantia, incluindo os SLAs.

A4. Observações sobre a Infraestrutura física e instalações elétricas em que os equipamentos serão instalados:

A4.1. A infraestrutura para instalação dos equipamentos já está pronta, visto que já existem equipamentos operacionais no local.

A4.2. O corpo técnico da empresa vencedora do processo licitatório, responsável pela instalação dos novos equipamentos, deverá realizar visita prévia para avaliação do local e infraestrutura, apontando qualquer necessidade para que o TRT12 providencie antes da chegada dos equipamentos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

TERMO DE CONTRATO – PRE 6354/2022¹

Termo de contrato de aquisição de equipamentos tipo nobreaks que entre si celebram o **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região** e a empresa

CONTRATANTE: A União, por meio do **Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**, estabelecido na rua Esteves Júnior, n° 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88015-905, inscrito no CNPJ sob o n° 02.482.005/0001-23, neste ato representado por sua **Diretora-Geral da Secretaria**, Sra. **Ana Paula Volpato Wronski**, conforme delegação de poderes constante da Portaria PRESI n° 136/16.

CONTRATADA: A empresa, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o, estabelecida na, n°, bairro, na cidade de, Estado de, CEP, fone....., fax, e-mail, neste ato representada por seu (sua)....., Senhor (a), portador (a) da carteira de identidade n°, expedida pela, e inscrito (a) no CPF/MF sob o n°, conforme

Os CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ATO AUTORIZATIVO

A celebração deste contrato decorre de despacho exarado pela do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que homologou a adjudicação do Pregoeiro no processo PRE 6354/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO

Constitui-se objeto da presente contratação a aquisição de equipamentos do tipo *nobreaks*, a fim de atender a demanda de fornecimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta ao centro de processamento de dados - *data center* principal do TRT da 12ª Região (Sala-Cofre), conforme discriminado abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO |
|------|--|
| 1 | <i>Nobreak</i> com instalação e assistência técnica em garantia <i>on site</i> por 5 (cinco) anos, conforme especificações técnicas dos <i>nobreaks</i> constantes do ANEXO I. <u>Quantidade:</u> 2 unidades. |

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

I – A entrega dos equipamentos deverá respeitar as seguintes condições:

a) a entrega do equipamento e seus acessórios deverá ocorrer, no máximo, em 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da notificação da empresa acerca da assinatura do contrato;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

b) o objeto do presente contrato deverá ser entregue no prédio sede do Contratante, situado na rua Esteves Júnior, nº 395, centro, Florianópolis-SC, CEP 88015-905, no horário das 08h às 18h, de segunda a sexta-feira, previamente agendado;

c) os equipamentos deverão ser entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais, conforme padrão de fábrica;

d) os equipamentos devem ser novos, sem qualquer indício de uso, com identificação de marca e modelo;

e) deverão ser fornecidos todos os cabos e acessórios necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto o cabeamento elétrico a que serão conectados;

f) não serão recebidos equipamentos fora das especificações ou com qualquer defeito. Caberá a Contratada providenciar o recolhimento e substituição destes, sem prejuízo na aplicação das penalidades cabíveis e cumprimentos de prazos;

g) junto com os equipamentos deverão ser entregues todas as documentações técnicas completas e atualizadas. Alternativamente, poderá ser emitido documento com informações sobre a localização destas informações no site do fabricante;

h) para o recebimento definitivo do equipamento deverá ser fornecida toda a documentação que comprove a garantia do equipamento contra defeitos e mau funcionamento, conforme edital;

i) a instalação do equipamento deverá ser realizada, mediante agendamento com a equipe técnica da SETIC do TRT12, até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório dos equipamentos;

j) observar e cumprir todas as exigências constantes no edital;

k) no ato da entrega do equipamento, e para o aceite definitivo, deverão ser fornecidos os contatos, telefônico e de *email*, para acionamento do suporte de garantia, que serão anexados ao processo.

II – Os serviços de assistência técnica em garantia respeitarão as seguintes condições:

a) para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar técnicos do fabricante ou de assistência técnica autorizada. Os técnicos deverão se apresentar devidamente uniformizados e identificados por meio de crachás, providos de materiais e ferramentas apropriadas e de boa qualidade. Para o conserto dos equipamentos, deverão ser utilizados componentes eletroeletrônicos originais;

b) o técnico responsável pelo atendimento deverá obedecer às normas de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, regulamentadas através da NR-10, atualizada através da Portaria MTPS n.º 508, de 29 de abril de 2016, e que tem por objetivo garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que interagem nas instalações e serviços com eletricidade;

c) os serviços, que porventura forem reprovados pela fiscalização técnica do TRT12, deverão ser refeitos até que os níveis de qualidade exigidos e previstos em contrato





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

sejam atingidos, ficando por conta exclusiva da Contratada as despesas decorrentes dessas providências;

d) o atendimento da garantia dos equipamentos deverá obedecer rigorosamente ao disposto no ANEXO I – Especificações Técnicas.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Nos termos das alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 73 c/c o art. 69 da Lei no 8.666/93 e no art. 9º, inc. I da Portaria PRESI no 163/2020, o objeto será recebido:

I – Do Recebimento Provisório

O recebimento provisório será dado pelo Setor de Gerenciamento de Equipamentos de Informática, com ciência do Setor do Almoxarifado, após a entrega dos equipamentos junto com sua nota fiscal, conforme modelo do ANEXO II.

II – Do Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo será efetuado quando o equipamento estiver instalado e plenamente operacional, além de conferidas todas as especificações técnicas, documentação de garantia, contatos e outros exigidos no edital de licitação, conforme modelo do ANEXO III, e encaminhado ao Setor do fiscal administrativo na SEOF.

§ 1º – O fiscal administrativo deverá atestar a conformidade para pagamento da nota fiscal em termo próprio (Anexo IV) e encaminhá-lo ao Núcleo de Liquidação (NULAD).

§ 2º – Para preenchimento do Atestado de Conformidade para Pagamento das notas fiscais, a Contratada deverá apresentar a nota fiscal ou nota fiscal/fatura corretamente preenchida.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará por 60 (sessenta) meses a partir da data da assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, obedecido o período admitido na legislação em vigor (art. 57 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

São as seguintes as prerrogativas da Administração, conferidas em razão do regime jurídico dos contratos administrativos instituídos pelo art. 58 da Lei nº 8.666/93, em relação a eles:

- a) modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;
- b) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inc. I do art. 79;
- c) fiscalizar-lhe a execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I – Das Obrigações Gerais

a) proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;

b) responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas) nos termos da cláusula onze - da liquidação e pagamento;

c) observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências técnicas constantes do edital;

d) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d.1) a regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante todo o período contratual, sob pena de rescisão contratual e de execução da retenção sobre os créditos da empresa e/ou da eventual garantia, a título de multa, para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração, além das penalidades previstas em lei;

e) a Contratada que for Optante pelo Simples Nacional deverá apresentar a Declaração, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, no momento da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente da assinatura do contrato ou da prorrogação contratual;

e.1) a Contratada deverá informar imediatamente qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional;

f) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato;

g) realizar as entregas dentro dos prazos previstos, atendendo a todas as especificações descritas no edital, bem como cumprir com todas as obrigações contratuais previstas até o encerramento deste;

h) protocolizar, se necessário, as petições no Serviço de Cadastramento de Recursos aos Tribunais – SECART do Contratante, situado na rua Esteves Júnior, nº 395, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88015-905;

i) obedecer, no que couber, aos princípios e normas de condutas estabelecidas no Código de Ética do Contratante.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

II – Das Obrigações Específicas

- a) realizar a entrega do objeto dentro do prazo previsto, atendendo a todas as especificações técnicas e requisitos;
- b) fornecer, para o aceite definitivo, nome dos responsáveis e seus contatos, informando e-mails e telefones que serão utilizados para o acionamento de suporte diante de eventuais problemas com os equipamentos durante o período de vigência de garantia, conforme termo de contrato;
- c) comprovar através de documentação devidamente identificada, a correta destinação de baterias e material eletroeletrônico, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; a apresentação de toda esta documentação será critério indispensável para a efetivação do recebimento definitivo;
- d) o descarte das peças substituídas em garantia, incluindo baterias e acessórios, é de inteira responsabilidade da Contratada. Esta será responsável por toda a documentação necessária para o devido recolhimento destes materiais nos locais dos atendimentos, bem como o transporte até o local de destinação;
- e) todas as especificações técnicas do equipamento, exigências, instalação e prazos de atendimento estão descritos no ANEXO I – Especificações Técnicas.

III – Das Obrigações em Face da LGPD:

- a) para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;
- b) dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;
- c) não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;
- d) não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;
- e) assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;
- f) assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

g) responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;

h) cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;

i) nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante se obriga a:

a) acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93, através dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto do presente contrato, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada;

b) proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;

c) efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;

d) prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

As atividades de fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, em conformidade com as disposições contidas no inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93, nos arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º da Portaria PRESI nº 163/20, e no art. 2º, inciso XII, alíneas "a", "b" e "c" da Resolução CNJ 182/13, serão executadas pela equipe indicada no Termo de Designação de Gestão e Fiscalização, mediante as seguintes ações:

I – Acompanhamento e fiscalização da entrega do equipamento;

II – Formalização do recebimento provisório após recebimento do equipamento no Almoxarifado do TRT12, utilizando modelo anexado a este processo. Deverão ser conferidas as informações contidas na nota fiscal, devendo estarem de acordo com a referida nota de empenho;

III – Formalização do recebimento definitivo do equipamento após conferência de todas as especificações técnicas, condições do equipamento, documentação e outras exigências constantes em edital. Para tal, será utilizado modelo de termo de recebimento definitivo, anexado a este processo;

IV – Instalação e acionamento de garantia através de ordens de serviço enviadas para os contatos fornecidos pela Contratada, quando deverão ser respeitados os





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

prazos de atendimento constantes no Anexo I – Especificações Técnicas, bem como a qualidade dos serviços prestados;

V – Na hipótese de descumprimento total ou parcial das cláusulas contratuais adotar as medidas operacionais e administrativas cabíveis para a regularização das obrigações;

VI – Analisar eventual necessidade de aplicação de penalidades, no caso de não atendimento das cláusulas contratuais.

§ 1º – As atribuições de cada integrante da equipe de gestão e fiscalização do contrato será:

a) fiscal demandante: responsável por fiscalizar os aspectos funcionais da solução. Sua principal função será a de fiscalizar para garantir que a solução contratada esteja funcionando dentro das condições pré-estabelecidas em contrato;

b) fiscal técnico: responsável por fiscalizar os aspectos técnicos da solução contratada. Sua principal função será de fiscalizar para garantir que a solução contratada atenda a todos os aspectos técnicos previstos em contrato;

c) fiscal administrativo: responsável por fiscalizar os aspectos administrativos da execução do contrato, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais. Sua principal função será de fiscalizar para garantir que a contratada apresente periodicamente a documentação fiscal exigida e necessárias para a liquidação;

d) gestor do contrato: responsável por gerir a execução contratual. Sua principal função será a de acompanhar e cobrar as ações de fiscalização efetuadas pelos fiscais, bem como comunicar a administração as possíveis anomalias, bem como as necessidades de prorrogação ou não dos contratos sob sua responsabilidade.

§ 2º – A fiscalização exercida pelo Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual, tampouco restringe a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integralidade e à correção dos fornecimentos a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

§ 3º – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Contratante.

CLÁUSULA DEZ – DO PREÇO

O valor do presente contrato é de R\$ (.....), assim discriminado:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | VALOR UNITÁRIO (R\$) |
|--------------------|---|------|----------------------|
| 1 | Nobreak com instalação e assistência técnica em garantia <i>on site</i> por 5 (cinco) anos, conforme especificações técnicas dos <i>nobreaks</i> constantes do ANEXO I. | 2 | |
| VALOR TOTAL | | | |





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Parágrafo único – Estão incluídas no preço todas as despesas relativas à consecução eficiente e integral do objeto deste contrato.

CLÁUSULA ONZE – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

A liquidação e o pagamento serão assim efetuados:

a) os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária;

b) para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);

c) é de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante qualquer responsabilidade pela falta de juntada ao sistema no prazo;

d) eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059;

e) a nota fiscal deverá ser juntada, pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD;

f) a equipe de gestão e fiscalização deverá proceder o recebimento provisório e definitivo do objeto, em conformidade com o art. 9º, da Portaria PRESI nº 163/2020;

g) o pagamento será efetuado em uma única parcela, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto;

h) para todos os fins, considera-se como data de pagamento, o dia da emissão da ordem bancária;

i) os pagamentos serão realizados de acordo com o cronograma de desembolso do Governo Federal, em moeda corrente nacional, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes;

j) havendo erro na (s) nota (s) fiscal (is)/fatura (s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade à Contratada, ficando pendente de pagamento até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Contratante;

k) a Contratada será a responsável direta pelo faturamento a que se propõe, não podendo ser aceito documento de cobrança (nota fiscal/fatura) emitido por empresa com a raiz do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ diferente ao daquela, ainda que do mesmo grupo empresarial;

k.1) as Unidades responsáveis pela execução do objeto contratual e detentoras de numeração da raiz do CNPJ idêntica à da Contratada, divergindo somente o sufixo e dígito verificador, poderão emitir Nota Fiscal/Fatura, desde que satisfaçam as





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

condições de habilitação e a regularidade fiscal exigida no processo;

l) a Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, as certidões abaixo discriminadas:

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do seu domicílio ou de sua sede;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou de sua sede;

m) o descumprimento reiterado da obrigação da apresentação das certidões elencadas na alínea anterior e a manutenção em situação irregular perante as obrigações fiscais e trabalhistas poderão dar ensejo à rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993;

n) o Contratante poderá reter o pagamento dos valores referentes ao fornecimento realizado nas hipóteses da cláusula catorze, limitado ao valor do dano, ressalvada a possibilidade de rescisão contratual;

o) o Contratante reserva-se o direito de sustar o pagamento nos casos em que não efetuar o recebimento dos equipamentos por não atendimento às condições do edital e/ou da proposta;

p) o Contratante poderá deduzir do montante a pagar, cautelar ou definitivamente, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste contrato;

q) no ato do pagamento será retido na fonte o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, a contribuição sobre o lucro, a contribuição para a seguridade social (CONFINS) e a contribuição para O PIS/PASEP, todos da Secretaria da Receita Federal. No entanto, não recairá esta retenção sobre pessoas jurídicas que apresentarem a Declaração de Optante do Simples, conforme modelo constante no Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012, da Receita Federal ou cópia da Consulta ao Portal do Simples Nacional da apresentação da primeira nota fiscal/fatura decorrente de assinatura contratual e de prorrogação contratual;

r) se os valores do pagamento forem insuficientes para a quitação das eventuais multas, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida, via GRU, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação oficial, sob pena de ser incluído o valor

na Dívida Ativa da União.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

CLÁUSULA DOZE – DO REAJUSTE

Os preços constantes do contrato serão reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data limite para apresentação da proposta ou da data do último reajuste, limitado o reajuste à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice que passe a substituí-lo, e na falta deste, em caráter excepcional, será admitida a adoção de índices gerais de preços de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P \text{ onde:}$$

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês de reajuste;

I₀ = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços/contrato;

§ 1º – Em caso de ocorrência de deflação ou qualquer outro evento que possa implicar redução do valor contratual para adequá-lo aos preços de mercado, será provocada pelo Contratante mediante a apresentação de planilha com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato no período correspondente, com vistas à definição do novo valor contratual a ser aplicado.

§ 2º – O valor e a data do reajuste serão informados no contrato mediante apostila.

CLÁUSULA TREZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O recurso para atender à despesa acima correrá por conta do orçamento próprio, Programa de Trabalho 02.122.0033.4256.0042-0000 – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Natureza da Despesa 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA CATORZE – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante, *ex vi* do art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

§ 1º – Em razão do descumprimento do Nível Mínimo de Serviço – NMS, estabelecido no ANEXO I.

Aos atrasos no cumprimento dos prazos para atendimento dos chamados, estabelecidos no acordo de nível mínimo de serviço (NMS), serão aplicadas as seguintes sanções de acordo com a gravidade associada:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

I – Para chamados de **gravidade ALTA**:

| DESCRIÇÃO | ATRASO | MULTA (SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO EQUIPAMENTO) |
|-----------------------|--------------------------|--|
| Primeiro atendimento | Até 2 dias úteis | 1% |
| | De 3 até 5 dias úteis | 2% |
| | Acima de 5 dias úteis | 3% |
| Resolução do problema | Até 3 dias corridos | 1% |
| | De 4 até 7 dias corridos | 2% |
| | Acima de 7 dias corridos | 3% |

II – Para chamados de **gravidade MÉDIA**:

| DESCRIÇÃO | ATRASO | MULTA (SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO EQUIPAMENTO) |
|-----------------------|--------------------------|--|
| Primeiro atendimento | Até 2 dias úteis | 0,5% |
| | De 3 até 5 dias úteis | 1% |
| | Acima de 5 dias úteis | 1,5% |
| Resolução do problema | Até 3 dias corridos | 0,5% |
| | De 4 até 7 dias corridos | 1% |
| | Acima de 7 dias corridos | 1,5% |

III – Para chamados de **gravidade BAIXA**:

| DESCRIÇÃO | ATRASO | MULTA (SOBRE O VALOR UNITÁRIO DO EQUIPAMENTO) |
|-----------------------|--------------------------|--|
| Primeiro atendimento | Até 2 dias úteis | 0,5% |
| | De 3 até 5 dias úteis | 1% |
| | Acima de 5 dias úteis | 1,5% |
| Resolução do problema | Até 3 dias corridos | 0,5% |
| | De 4 até 7 dias corridos | 1% |
| | Acima de 7 dias corridos | 1,5% |

IV – O valor das multas a serem aplicadas mensalmente será limitado a 10% do valor unitário do equipamento.

V – Aos atrasos superiores a 15 (quinze) dias corridos, a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no § 2º, incisos III, IV e V.

§ 2º – Aos casos não previstos no § 1º, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

I – Advertência, nos termos do inc. I do art. 87 da Lei nº 8.666/93, que será aplicada em caso de infrações que correspondam a pequenas irregularidades verificadas na execução do contrato, que venham ou não causar danos ao Contratante ou a terceiros.

II – Multa:

a) multa moratória, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93: decorrente de atraso injustificado no cumprimento dos prazos estipulados, arbitrada em 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia sobre o valor do(s) item(s) em mora, limitada a 10%;

b) multa compensatória, nos termos do inc. II do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

b.1) por inexecução total: arbitrada em 10% (dez por cento) do valor total do contrato e aplicada na ocorrência das hipóteses enumeradas nos inc. I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 das quais resulte inexecução do contrato com prejuízo para a Administração;

b.2) por inexecução parcial: arbitrada em 10% (dez por cento) do valor do item, e aplicada na ocorrência das hipóteses enumeradas nos inc. I a XI e XVIII art. 78 da Lei nº 8.666/93 das quais resulte execução parcial do contrato com prejuízo para a Administração;

c) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitada a 10%, pelo descumprimento das demais obrigações e condições determinadas no presente contrato não especificadas nas alíneas “a” e “b”, não eximindo a Contratada de outras sanções cabíveis;

d) multa de 1% (um por cento) sobre o valor da nota fiscal, a ser aplicada a cada ocorrência de violação da obrigação da manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, durante toda a execução do contrato.

III – Impedimento de licitar ou contratar com a União, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, que será aplicada nas seguintes hipóteses: não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

IV – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, será imputada nas hipóteses de inexecução total ou parcial de que resulte prejuízo para a Administração.

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, ex vi do inc. IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, será imputada nas hipóteses previstas no inciso anterior, desde que a razoabilidade e proporcionalidade assim a recomendem.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

§ 3º – Penalidades da Contratada em face da LGPD:

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados previstas na cláusula (obrigações referentes à lgpd) incidirá nas seguintes penalidades:

a) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

b) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.

I – As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

II – As penalidades previstas nas alíneas a e b não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

§ 4º – A multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta cláusula e na Lei nº 8.666/93.

§ 5º – As sanções previstas nos incisos I, III, IV e V do § 1º poderão ser aplicadas junto com a do inc. II, facultada a defesa prévia do interessado.

§ 6º – O prazo para apresentação de defesa prévia ou de recurso contra as penalidades previstas nesta cláusula será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA RESCISÃO

A inexecução total e a parcial do contrato fulcradas nos inc. I a XVIII do art. 78 ensejam a sua rescisão, que pode ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ou amigável, conforme os inc. I e II do art. 79, com as consequências contratuais e as previstas no art. 80, todos da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único – Nos casos de rescisão, previstos nos inc. I a XI do art. 78, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DEZESETE – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

I – O presente contrato fundamenta-se:

- na Lei nº 10.520/02;
- na Lei nº 8.666/93 e alterações, subsidiariamente;
- na Lei nº 13.709/2018;
- no Decreto nº 10.024/19;
- nos preceitos de Direito Público e, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, nos termos do caput do art. 54 da Lei nº 8.666/93;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

II – E vincula-se aos termos:

- do edital do processo PRE 6354/2022, nos termos do inciso XI do art. 55 da Lei nº 8.666/93;
- da proposta da Contratada, nos termos do § 1º do art. 54 da Lei nº 8.666/93;
- da Portaria Presi nº 70/2021 do Contratante – Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais;
- da Portaria Presi nº 389/2021 do Contratante – Procedimento para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidades;
- do Código de Ética do Contratante.

CLÁUSULA DEZOITO – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O disposto neste contrato somente poderá ser alterado pelas partes por meio de termos aditivos, asseguradas as prerrogativas conferidas à Administração, enumeradas no caput do art. 58 da Lei nº 8.666/93 e na cláusula sexta, mediante a apresentação das devidas justificativas e autorização prévia da autoridade competente, assegurados os direitos da Contratada de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 58 da mesma Lei.

Parágrafo único – Nos termos do que dispõe o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Além das disposições trazidas no presente contrato, aplicam-se, ainda, o seguinte:

a) a tolerância de uma parte para com a outra quanto ao descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste contrato não implicará novação ou renúncia de direito. A parte tolerante poderá exigir da outra o fiel e cabal cumprimento deste contrato a qualquer tempo;

b) as obrigações contidas nas cláusulas sétima e oitava não são de natureza exaustiva, podendo constar no presente termo obrigações referentes as partes ou a cada parte, que não estejam incluídas no rol de obrigações acima citadas;

c) os termos e disposições constantes deste contrato prevalecerão sobre quaisquer outros entendimentos ou acordos anteriores entre as partes, expressos ou implícitos referentes às condições nele estabelecidas;

d) é vedado à Contratada caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira;

e) dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93 cabem recurso, representação e pedido de reconsideração, nos termos do art. 109;

f) a intimação dos atos relativos à rescisão do contrato a que se refere o inc. I do art. 79 da Lei nº 8.666/93, à suspensão temporária e à declaração de inidoneidade será feita mediante publicação na imprensa oficial;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

g) os casos omissos serão dirimidos pela Administração, que poderá disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais e expedir normas complementares, em especial sobre as sistemáticas de fiscalização contratual e repactuação;

h) o princípio da legalidade impõe à Administração a obrigação de fundamentar todos os seus atos, contratos e condutas no ordenamento jurídico. Por decorrência lógica, o tratamento dos dados pessoais coletados pelo Tribunal no presente Contrato para viabilizar sua formalização está em integral conformidade com a Lei nº 13.709/2019 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Nesse sentido, observa a boa-fé e os princípios elencados no art. 6º, especialmente em relação à proteção dos dados e finalidades de sua utilização. O tratamento desses dados prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e terão sua publicidade de acordo com as exigências legais.

CLÁUSULA VINTE – DA PUBLICAÇÃO

O Contratante é responsável pela publicação do extrato do presente contrato no Diário Oficial da União, nos termos e prazos previstos no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VINTE E UM – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Florianópolis, Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, firmou-se o presente termo de contrato, o qual, depois de lido, é assinado eletrônica/digitalmente pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizado a partir da data da última assinatura.

CONTRATANTE:

Ana Paula Volpato Wronski
Diretora-Geral da Secretaria
TRT da 12ª Região

CONTRATADA:

.....
.....
.....

Contrato minuta/22PRE6354_aquisição no breaks_sala cofre_SB





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS, GARANTIA E DETALHES NECESSÁRIOS PARA AQUISIÇÃO DOS NOBREAKS

A1. Requisitos mínimos (por equipamento):

A1.1. Potência nominal mínima: **30kW**;

A1.2. Arquitetura modular para potência, inteligência / comando e baterias;

A1.3. Redundância de, no mínimo, um módulo de potência, tipo n+1, considerando 20 kW de carga;

A1.4. Possibilidade de instalação de, no mínimo, (um) módulo de potência adicional além do módulo redundante citado no item A1.4, de forma a permitir redundância do tipo n+2 com 20kW de carga nominal sem necessidade de novo gabinete;

A1.5. Redundância de módulos de inteligência;

A1.6. Os módulos de potência devem ser conectados ao gabinete através de conectores, ou seja, devem ser substituíveis sem a necessidade de ferramentas;

A1.7. As baterias modulares também devem ser conectadas através de conexões e substituíveis sem a necessidade de ferramentas;

A1.8. Os módulos de inteligência, potência e baterias devem ser reconhecidos automaticamente pelo sistema;

A1.9. Possuir interface de rede Ethernet, com suporte ao protocolo TCP/IP e com, no mínimo, uma porta física do tipo RJ45;

A1.10. Permitir gerenciamento via página WEB e protocolo SNMP v2 ou superior, com capacidade de gestão via navegador, sem necessidade de softwares adicionais, podendo ser acessado de qualquer dispositivo que suporte navegadores para Internet (web browser), com, no mínimo, as seguintes funcionalidades;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- Estado de operação do *nobreak*;
- Alarmes de mal funcionamento;
- Comando de *Bypass*;
- Leitura de potências de entrada e saída;
- Leitura da carga das baterias;
- Configuração de rede;
- Leitura dos registros de eventos (logs).

A1.11. Deve possuir interface de rede compatível com TCP/IP V4 e possibilidade de configuração manual do endereço Internet, como também configuração automática via protocolo DHCP;

- Compatibilidade com geradores;
- *Startup* final de semana.

A2. Detalhamento das Especificações Técnicas:

A2.1. Entrada

- A2.1.1. Tensão de Entrada: Trifásico 380V;
- A2.1.2. Frequência de entrada: 40 - 70 Hz (devido à ligação com grupo gerador);
- A2.1.3. Conexões de entrada: 3F + N + T (compatíveis com a instalação elétrica já disponível);
- A2.1.4. Distorção Harmônica Total: Menos de 5% para plena carga;
- A2.1.4. Fator de potência de entrada mínimo a plena carga: 0.99.

A2.2. Saída

- A2.2.1. Tensão de Saída: Trifásico 380V (compatível com a instalação elétrica da Sala-cofre);
- A2.2.2. Topologia: Conversão dupla online;
- A2.2.3. Tipo forma de onda: Onda senoidal;
- A2.2.4. Distorção Harmônica: < 2%;
- A2.2.5. Operação em sobrecarga: 10 minutos a 125% e 60 segundos a 150%;
- A2.2.6. *Bypass*: *Bypass* estático incorporado;
- A2.2.7. Eficiência: 94% (em modo bateria).

A2.3. Baterias e autonomia

- A2.3.1. Tipo de bateria: VRLA ou Lítio;





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

A2.3.2. As baterias devem ser internas e modulares, com tecnologia *hot swap* (troca a quente), de fácil substituição pelo próprio usuário sem a necessidade de uso de ferramentas ou desligamento do equipamento ou da carga;

A2.3.3. Número mínimo de módulos de baterias: 4 (quatro);

A2.3.4. Tempo de recarregamento: máximo 4 horas;

A2.3.5. Eficiência no Funcionamento da Bateria: 94%;

A2.3.6. Autonomia: igual ou superior a 10 minutos a plena carga;

A2.4. Display, Controles e Alarmes;

A2.4.1. Deve possuir display gráfico LCD alfanumérico com luz de fundo, localizado na parte frontal do equipamento;

A2.4.2. Deve possuir LEDs de sinalização do modo de funcionamento (online, bateria e *bypass*) e de falha no equipamento, com botões de controle para operações como comandos e verificação de status e parâmetros;

A2.4.3. O seguinte conjunto mínimo de medições devem ser apresentados no Display:

- Mostrar tensão de entrada AC;
- Mostrar tensão de saída AC;
- Mostrar frequência de entrada;
- Mostrar carga instalada em percentual;
- Mostrar a carga do banco de baterias em percentual.

A2.5. Alarmes:

A2.5.1. Deverá apresentar um conjunto mínimo de condições de alarmes, são eles:

A2.5.2. Condição de *bypass*;

A2.5.3. *bypass* não disponível no caso de alguma situação de falha da rede ou do equipamento;

1. modo bateria;
2. condição das baterias (nível de carga/com defeito);
3. retirada/instalação de módulos de baterias;
4. qualquer falha ou anormalidade no equipamento;
5. falha no fornecimento de energia elétrica da concessionária;
6. deverá emitir alarmes sonoros no caso de eventos de energia ou falhas na UPS.

A2.6. Controles:

A2.6.1. Por meio de botões de comando, deverá ser possível:





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- por a UPS em *bypass*;
- desligar a saída da UPS;
- verificar os parâmetros de tensão e corrente elétrica de entrada e saída;
- verificar parâmetros do banco de baterias;
- verificar parâmetros gerais da UPS, como temperatura interna;
- verificar os logs de eventos da UPS.

A2.7. Gerenciamento:

A2.7.1. Ambiental - medir a temperatura do ambiente;

A2.7.2. WEB/SNMP incluso - gerenciamento total através de um navegador web com envio de emails no caso de eventos com a UPS;

A2.7.3. Listagem com logs de no mínimo 200 eventos;

A2.7.4. A UPS deverá gerar *emails* de alertas sobre os eventos para endereços configurados.

A2.8. Gabinete:

A2.8.1 O *nobreak* deve ser montado preferencialmente em gabinete único, compreendendo os módulos de potência, chave estática automática e baterias, além da interface de gerenciamento, sendo aceito apenas as baterias em gabinete distinto, porém acoplado ao primeiro;

A2.8.2. Classe de proteção: IP20;

A2.8.3. Gabinete Vertical;

A2.8.4. O espaço utilizado pelos dois equipamentos deve ser adequado à sala reservada a estes equipamentos, a saber:

Dimensões máximas (LxAxP) (cm): 190 x 210 x 120.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

A3. Garantia com o FABRICANTE

A3.1. A garantia do equipamento deverá ter vigência de 5 (cinco) anos após o recebimento definitivo, exceto as baterias, com vigência de 2 (dois) anos;

A3.2. Suporte técnico do Fabricante:

A3.2.1. Atendimento *on site*;

A3.2.2. Suporte 7x24;

A3.2.3. Abertura de chamados via telefone e correio eletrônico;

A3.2.4. Técnicos do próprio fabricante ou de assistência técnica autorizada.

A3.3. Níveis Mínimos de Serviço (NMS) para atendimento em garantia:

A3.3.1. 1º atendimento: 48hs após a abertura do chamado (via *email* ou telefone);

A3.3.2. Resolução do problema: 5 dias úteis após o 1º atendimento

A3.4. O fabricante deverá prever a realização dos serviços de manutenção e primeira energização (*startup*) dos equipamentos em finais de semana e feriados.

Obs.: Caso o fabricante não disponibilize a garantia estendida, será considerado contrato de manutenção complementar, também com o fabricante dos equipamentos, nos mesmos termos da garantia, incluindo os SLAs.

A4. Observações sobre a Infraestrutura física e instalações elétricas em que os equipamentos serão instalados:

A4.1. A infraestrutura para instalação dos equipamentos já está pronta, visto que já existem equipamentos operacionais no local.

A4.2. O corpo técnico da empresa vencedora do processo licitatório, responsável pela instalação dos novos equipamentos, deverá realizar visita prévia para avaliação do local e infraestrutura, apontando qualquer necessidade para que o TRT12 providencie antes da chegada dos equipamentos.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO II

| TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO | |
|---------------------------------|--|
| CONTRATO/PROAD Nº: | |
| EMPRESA CONTRATADA: | |
| FISCAL DO CONTRATO: | |

- **Do recebimento do material, verificar:**

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|--|-----|-----|---------------|
| 1.1 | Se os materiais estão sendo entregues devidamente acondicionados em suas embalagens originais. | | | |
| 1.2 | Se as caixas em que se encontram os produtos estão em perfeitas condições de armazenamento. | | | |
| 1.3 | A data de validade dos materiais. | | | |

- **Da nota fiscal/fatura, em relação à Nota de Empenho e ao contrato, se houver, verificar se:**

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|---|-----|-----|---------------|
| 2.1 | A razão social e CNPJ estão corretos. | | | |
| 2.2 | A data de emissão da nota fiscal/fatura é posterior à da Nota de Empenho. | | | |
| 2.3 | As descrições dos materiais estão corretas. | | | |
| 2.4 | A unidade, as quantidades e os valores unitário e total conferem com a respectiva Nota de Empenho e contrato (se houver). | | | |

- **Verificar ainda se:**

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|--|-----|-----|---------------|
| 3.1 | O frete é por conta do fornecedor. | | | |
| 3.2 | A classificação orçamentária (subitem da despesa) está correta e em conformidade com a Nota de Empenho e contrato (se houver). | | | |

- **Quanto ao certificado:**

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|---|-----|-----|---------------|
| 4.1 | Atentar para a data do certificado do recebimento provisório. | | | |

- **Outras observações pertinentes:**

| |
|--|
| |
|--|

Em ____ / ____ / ____.

Ass.: _____
Servidor do SEMAP ou Área Demandante (Fiscal do contrato)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO III

| TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO | |
|---------------------------------|--|
| CONTRATO/PROAD Nº: | |
| EMPRESA CONTRATADA: | |
| GESTOR DO CONTRATO: | |

1. Do recebimento do material:

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|---|-----|-----|---------------|
| 1.1 | Verificar se os materiais estão em conformidade com a descrição na respectiva nota de empenho e contrato (se houver). | | | |
| 1.2 | Os testes realizados com os materiais e bens atendem ao solicitado/adquirido? | | | |
| 1.3 | Os materiais estão em perfeitas condições de uso? | | | |

2. Da nota fiscal/fatura, em relação à Nota de Empenho e ao contrato, se houver:

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|---|-----|-----|---------------|
| 2.1 | As descrições dos materiais estão corretas? | | | |
| 2.2 | A unidade, as quantidades e os valores unitário e total conferem com a respectiva nota de empenho e contrato (se houver)? | | | |

3. Quanto ao certificado:

| Item | Descrição | Sim | Não | Não se Aplica |
|------|--|-----|-----|---------------|
| 3.1 | Atentar para a data do certificado do recebimento definitivo. | | | |
| 3.2 | Quando comissão, verificar se constam no mínimo 3 assinaturas. | | | |

4. Outras observações pertinentes:

Em ____/____/____.

Ass.: _____
Servidor do SEMAP, da Área Demandante ou Comissão (Gestor(es) do contrato)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

ANEXO IV

ATESTADO DE CONFORMIDADE PARA PAGAMENTO DA NOTA FISCAL

| LIQUIDAÇÃO DA NOTA FISCAL | |
|---------------------------------|--|
| CONTRATO/PROAD N°: | |
| UNIDADE: | |
| EMPRESA CONTRATADA: | |
| PERÍODO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO: | |
| RESPONSÁVEL: | |

| Item | SIM | NÃO | Não se aplica |
|--|-----|-----|---------------|
| 1. NA LIQUIDAÇÃO MENSAL DA NOTA FISCAL: | | | |
| 1. Houve recebimento provisório e definitivo da comissão de recebimento ou conforme especificado em contrato | | | |
| 2. Valor da Nota Fiscal corresponde ao valor da nota de empenho | | | |
| 3. Verificar se o CNPJ da contratada contido na Nota Fiscal é o mesmo que consta da Nota de Empenho | | | |
| 4. Data de entrega da mercadoria de acordo com o edital ou contrato. | | | |
| 2. VALIDADE DAS CERTIDÕES NEGATIVAS: | | | |
| 1. Certidão negativa de débitos trabalhistas | | | |
| 2. GRF (FGTS) | | | |
| 3. Certidão conjunta de débitos relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa | | | |
| 4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual | | | |
| 5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal | | | |
| 3. OUTROS ITENS PREVISTOS NO EDITAL/CONTRATO | | | |
| 1. | | | |
| 2. | | | |
| 3. | | | |

Em ____/____/____.

Fiscal administrativo do contrato
(informar nome)

